



NORTE DE MINAS: AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO DA DÉCADA DE 60 PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Ludiana Martins Silveira, Dayana Martins Silveira, Ana Flávia Rocha de Araújo, Queite marrone s. Silva, Wanderleide Berto Aguiar, Wesley ribeiro c. Pimenta, André Martins

Introdução

A finalidade do presente estudo é fazer alguns apontamentos sobre o processo de modernização do campo iniciado na década de 1960 no Brasil, nesse sentido, buscamos demonstrar quais as conseqüências do modelo desenvolvimentista adotado para região do Norte de Minas, e, principalmente, para os povos e comunidades tradicionais em regime de agricultura familiar. É importante destacar que esse modelo tem se caracterizando pela exclusão das classes sociais pobres e benefício de uma pequena parcela da população. No campo esse modelo vem se destacando pela alta concentração de terra, pela pressão no mercado fundiário, além disso, pela expropriação e expulsão de milhares de famílias em regime de agricultura familiar, principalmente, os povos e comunidade tradicionais. A região do Norte de Minas não sido diferente da maior parte do país. Nesse sentido, faz-se necessário tecer alguns apontamentos sobre as contribuições da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Ruralminas na execução desse modelo de desenvolvimento regional.

Metodologia

Para a realização desse trabalho, utilizaram-se procedimentos metodológicos qualitativos. Conforme Gil [1]: “As pesquisas qualitativas são, em sua maior parte, voltada para a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Buscam o significado e a intencionalidade dos atos, das relações sociais e das estruturas sociais”. Além disso, foi feito o levantamento da bibliografia que evolue o tema.

Discussão e Resultados

O modelo de modernização vivenciado no norte de Minas a partir da década de 60 seguiu os moldes de outras regiões do Brasil. Tal modelo excluiu grande parcela da população dos seus benefícios, intensificou a concentração de terras, pressionou o mercado de terras, além disso, expulsou e expropriou milhares de agricultores familiares do campo. Esse modelo de desenvolvimento rural foi baseado nos princípios da “revolução verde”,¹ desse modo, foi intenso o uso de agroquímico e maquinaria.

Barbosa e Feitosa [2] afirmam que de um lado modernizou o campo, por outro, implicou o empobrecimento dos agricultores familiares, degradou os recursos naturais e negou o acesso a terra aos mais pobres. Esses autores citam que durante este período, fenômenos denominados como viúvas da seca, comunidades fantasmas, escravos do carvão, ficaram nacionalmente conhecidos, em razão do deslocamento sazonal de agricultores familiares para trabalharem nas lavouras de café e cana de açúcar no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo. Outro aspecto comum a partir da década de 60 foi utilização da mão de obra familiar regional em condições subumanas para produção de carvão, comumente feito em áreas de reflorestamento.

As áreas cedidas para as empresas de reflorestamento ficavam nas terras altas, ou seja, nas áreas de chapada do norte de Minas, onde predomina a vegetação do cerrado. Destaca que o discurso modernizador justificava a necessidades de “desenvolver” a região do

¹ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo.



norte de Minas, porque essas áreas configuravam-se como vazios econômicos e populacional. Na verdade esse discurso do vazio serviu apenas para legitimar os processos de dominação, exploração e expropriação das populações nativas.

Ao contrário das ideias do discurso modernizador, sabe-se que essas terras já eram ocupadas por povos e comunidades tradicionais desde os século XVII. No que se refere às dinâmicas econômicas a literatura especializada tem demonstrado que a região Norte-mineira tinha uma dinâmica econômica própria, existia aqui um fluxo de produção constante e um trânsito de produtos como o algodão, couro, semente de Barú, entre outros, para várias regiões do país.

É necessário destacar que embora a SUDENE tenha desempenhado um papel importantíssimo para o estabelecimento desses projetos, coube ao Estado de Minas Gerais, através da Ruralminas², a execução e gerenciamento dos mesmos.

A Ruralminas tornou-se um agente de desenvolvimento regional cuja política fundamentava-se no estímulo à participação do capital privado em seus programas, procurando uma maior integração entre a instituição e as classes empresariais agrícolas. Ainda nas áreas de Chapa, destaca que o desmatamento realizado no processo de substituição de vegetação nativa pelo Eucalipto gerou profundas transformações no cenário ambiental, socioeconômico e cultural. As terras altas eram tradicionalmente utilizadas em regime comunal. Com a privatização dessas áreas, as populações tradicionais gerazeiras viram sua lógica de reprodução familiar se modifica a partir da década de 60. Neste sentido, as populações nativas dos gerais passaram a vivenciar uma fase de restrição no acesso aos recursos naturais e, conseqüentemente, uma restrição da reprodução social e econômica.

Logo, a terra de plantar, a vegetação para coleta extrativista e a criação de gado na “solta” foram diminuído e, em alguns casos, até desapareceram. Nesse sentido, Dayrell [4] concorda que a alteração da paisagem, a simplificação dos agroecossistemas e a restrição às áreas comuns, tornaram as populações tradicionais mais frágeis frente às adversidades climáticas da região e, além de tudo mais empobrecidas.

No que se refere às terras baixas sobressaiu à produção da fruticultura irrigada, a criação extensiva de gado e a produção do algodão. A fruticultura irrigada, por sua vez, só foi possível com a implantação de grandes projetos de irrigação como o Jaíba e o Gorutuba. Historicamente as populações negras ocuparam as terras baixas da região do Norte de Minas. Segundo Costa [3] as terras baixas eram infestada pela malária e as populações negras tinham resistência a essa doença. Por muitos anos os negros viveram nessas terras onde hoje, encontram-se instalados os projetos de fruticultura irrigada da Jaiba e do Gorutuba.

A chegada desses dois projetos significou o progresso, para alguns, e o fim, de um modo de vida, para outro. O dois grandes projetos de irrigação juntos foram responsáveis pela expropriações de milhares de comunidade quilombolas. Hoje grande parte dessas famílias negras vivem amontoadas em bairros da cidade de Janaúba, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Matias Cardoso, Jaíba e Manga. E, em outros casos, trabalhando como lavradores nas regiões dos dois projetos e em fazendas da região. Enquanto uma minoria tem lutado para reconquistar seus territórios, como é o caso do quilombo de Brejo dos Criolos, do quilombo do Gorutuba, do Quilombo da Lapinha e o quilombo de Pau Preto.

Segundo Barbosa e Feitosa [2] os agricultores em regime familiar que resistiram aos grandes projetos desenvolveram novas formas de convivência com os agroecossistemas, reorientaram suas estratégias produtivas. Por exemplo, nas áreas da microrregião da serra geral, exemplos dos municípios de Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, onde predominou o ciclo do algodão, grande parte dos agricultores familiares transformaram suas propriedades em minifúndios monocultores. Ficaram dependentes do crédito para a compra de produtos agroquímicos. Além disso, estabeleceram relações de dependência com as agroindústrias beneficiadora de algodão para compra de sua produção. Para Barbosa e Feitosa [2] esse intercâmbio causou grande dependência da agricultura familiar ao crédito, aos insumos agroquímicos e à agroindústria beneficiadora.

Nas regiões chapadas onde predominou a monocultura de eucalipto os agricultores familiares refugiaram-se nos estreitos corredores, próximos ao leito dos córregos, já que as chapadas e áreas de nascentes estavam ocupadas com, aproximadamente, 1.436.050 ha de monocultura de eucalipto segundo Dayrell [4].

² A Ruralminas é uma fundação pública criada em 21 de novembro de 1966 pela Lei Estadual n 4278, com o objetivo de realizar “a colonização e o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais”, executando e incentivando diferentes programas do Estado e particulares em terras públicas ou privadas. Como o sistema de irrigação da agricultura; a organização de escolas técnicas rurais; a implantação do Distrito Agro-industrial de Jaíba, em convenio com a CODEVASF; a implantação do projeto do Gorutuba; executou o programa estadual de legitimação de terras e incentivou o reflorestamento com eucalipto.



FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:
Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

APOIO:
FAPEMIG
FADENOR

24 a 27
setembro
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Assim, é possível perceber quanto os povos e comunidade tradicionais sofreram com o modelo de “desenvolvimento” adotado para a região do Norte de Minas Gerais que, para eles, significou processos de expulsão, expropriação e encurralamento.

Considerações finais

Assim, a questão agrária nacional ficou mais uma vez longe da sua solução definitiva. Fica evidente que o Estado vem protelando historicamente a construção de uma política efetiva de reforma agrária nacional que possa de uma vez por todas transformar o arranjo fundiário existente.

A Sudene nos últimos anos de sua existência ficou conhecida como indústria da seca, por conta das inúmeras denúncias de corrupção, desvio de dinheiro e obras intermináveis. A mesma acabou sendo extinta no ano de 2001. Sabemos que esta autarquia Federal não conseguiu cumprir sua função original. E passados 54 anos de sua criação ainda são gritantes as desigualdades existentes entre a região Sudeste e Nordeste. A Ruralminas não ficou de fora das denúncias, foi alvo de críticas por ter beneficiar grandes empresas e políticos nas transferências das terras públicas da região do Norte de Minas.

O modelo de desenvolvimento empreendido pela Sudene e Ruralminas na década de 60 se caracterizou pela exclusão das parcelas mais pobres da população dos seus benefícios, pela expulsão e expropriação de milhares de famílias em regime de agricultura familiar.

O discurso do vazio econômico e social da região Norte-mineira, ainda persiste nas falas dos empresários e dos agentes do Estado. Desse modo, a mineração vem se despontando como alternativa para “desenvolvimento” e “modernização” da região, a velha máxima de trazer o progresso para o Norte de Minas Gerais. Mas vale questionar o seguinte: progresso para onde? Progresso para o que? Progresso para que?

Referências

- [1] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 46.
- [2] BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio A. Dinâmica da Luta por Terra no Norte de Minas Gerais. In: CLEPS JUNIOR, João. (org); FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar (org.); ZUBA, Janete Aparecida Gomes. (org). **Debaixo da Lona: tendências e Desafios Regionais da Luta pela posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. Universidade Católica do Goiás, 2006. p. 171-193.
- [3] COSTA, J.B.A.A (Des) **Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo**. Povos e Comunidades tradicionais no Brasil/ organizadores, Dieter Gowora, Maria Helena Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011.
- [4] DAYRELL, C.A. **Geraizeiros y biodiversidad em el norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología em lo estudio de los agrossistemas**. Espanha: Universidade Internacional de andalucía, 1998.